



Número: **0802630-12.2020.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **24/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSENILDO CORREIA DE MELO (AUTOR)		FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO (ADVOGADO) RENAN DE CARVALHO PAIVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
29354 985	24/03/2020 10:21	Petição Inicial	Petição Inicial
29354 990	24/03/2020 10:21	PETIÇÃO JOSENILDO CORREIA DE MELO	Outros Documentos
29354 992	24/03/2020 10:21	1.0 bo e laudo medico_20200323202549	Outros Documentos
29354 993	24/03/2020 10:21	1.1 prontuario e laudo_20200323202657	Outros Documentos
29354 994	24/03/2020 10:21	1.3 doc pessoal e comprovante de residen_20200323202814	Outros Documentos
29354 996	24/03/2020 10:21	1.4 procuracao_20200323202854	Outros Documentos
29354 997	24/03/2020 10:21	GuiaCustas	Outros Documentos
29355 300	24/03/2020 10:21	Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo	Outros Documentos
29374 865	24/03/2020 17:32	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
30597 866	12/05/2020 17:10	Petição	Petição
30597 893	12/05/2020 17:10	Extrato de tres meses I	Outros Documentos
30597 895	12/05/2020 17:10	Extrato de tres meses II	Outros Documentos
30597 898	12/05/2020 17:10	Extrato de tres meses III	Outros Documentos
30606 543	05/06/2020 10:38	Despacho	Despacho

Seguem em anexo Petição Inicial e documentos:



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA
____ VARA CÍVEL DA COMARCA REGIONAL DE MANGABEIRA – PB.**

JOSENILDO CORREIA DE MELO, brasileiro, solteiro, auxiliar de controle, inscrito no CPF/MF sob número 101.763.634-40 e Registro Geral sob o N°. 2.684.658, residente e domiciliado na Rua Serra da Raiz, n°. 26, em Santa Rita -PB, CEP: 58300-000, tendo como ponto de referência mercado nova vida, representado por seus advogados signatários, com escritório profissional na Av. Teixeira de Carvalho, n° 509, Sala 202, Pedro Gondim, João Pessoa-PB, CEP 58031-030, fone (83) 3576-8728 e endereço eletrônico: fabio.maracaja@hotmail.com, ruyrochaadvocacia@gmail.com e renanpaivaadvocacia@gmail.com, vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA em face de:

SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:

A parte autora é hipossuficiente, não possui trabalho formal, vive da renda que aufera através da realização de trabalhos eventuais como autônomo, assim, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, a concessão do benefício da **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, com base no que vaticina a Lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPC, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante de ter acesso à justiça. Para comprovação da situação narrada, junta-se aos autos para apreciação de Vossa Excelência, declaração feita pelo autor, afirmando-se, desde já, a veracidade do que fora subscrito.

II. DOS FATOS:

A parte autora no dia 08/06/2019, conforme consta no registro de ocorrência policial (DOC. ANEXO), sofreu acidente de trânsito, onde pilotava a motocicleta (modelo Honda XRE 300, cor vermelha, ano 2015, de placa O EZ-2632/PB, devidamente discriminada nos autos), Na Avenida Hilton Souto Maior, bairro de Mangabeira, João Pessoa-PB, quando no giradouro da CEAPH a parte autora perdeu o controle da direção, batendo no meio fio e caindo ao solo.

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



Posteriormente ao fato, o autor foi resgatado por terceiros e encaminhado para o Complexo Hospitalar de Mangabeira Governador Tarcísio de Miranda Burity, na cidade de João Pessoa/PB, onde foi diagnosticado com **Fratura do rádio distal esquerdo (CID 10 S 52.3)**, conforme Laudo Médico apresentado.

Ademais, necessitou o segurado, em virtude da fratura sofrida, passar por procedimento cirúrgico de **Osteossíntese do Rádio**, conforme se demonstra documentalmente.

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, **restou a parte autora uma acentuada limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado**, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar os braços, pegar algum objeto, praticar algum exercício físico e trabalhar, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas.

A parte autora sofreu séria fratura no antebraço esquerdo, passou por delicado procedimento cirúrgico, após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou com considerável limitação física que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada, de retomar as suas atividades normais de maneira completa. Encontra-se parcialmente debilitado, sente dores, não movimenta os braços com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.

Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, **prejuízo esses que acompanham o autor até os dias atuais e que possivelmente lhe acompanharão por toda a vida**. Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**, tendo feito seu requerimento através da **COMPREV PREVIDÊNCIA S/A**, atuando essa em nome daquela, intermediando os pedidos feitos em todo o país.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, o autor encaminhou seu pedido. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (**DPVAT/INVALIDEZ**), a parte autora teve seu pedido autuado com o número de sinistro **3190628267**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, **tamanha fora a surpresa desta quando informada do NÃO pagamento da sua indenização**.

De acordo com documento anexado pela ré, *vide*: “Após a análise dos documentos apresentados no seu pedido de Seguro DPVAT, a indenização foi **NEGADA**, conforme esclarecemos: foi verificado que dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo seguro DPVAT..” **PASME EXCELENCIA!** A ré, mesmo analisando os documentos anexados, os quais comprovam as lesões graves, **não efetuou o pagamento condizente com a gravidade**

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



da lesão sofrida pelo autor e com a invalidez permanente que este adquiriu. Ou seja, após análise do pedido feito administrativamente, o autor não recebeu sequer qualquer valor.

A parte autora permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, **restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar.**

Conforme se demonstra Excelência, o segurado, por ora autor, juntou ao seu pedido administrativo, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões e as limitações, e mesmo assim, teve como resposta da ré, nenhum pagamento, o que não é compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

Importante frisar que na tabela do seguro **DPVAT**, a porcentagem correspondente à **perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores, corresponde a 70% do capital segurado, o que totaliza a importância de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).**

Ademais, tendo em vista os danos sofridos pelo autor, e os gastos referente aos tratamentos de saúde pós-cirúrgicos e medicamentos diversos, valem quantificar a indenização devida ao autor na sua totalidade de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Sendo assim, documentalmente comprovada a perda anatômica do membro afetado, e os gastos referentes aos tratamentos pós-cirúrgicos, é devido ao autor ainda 100% do valor referente a lesão do teto máximo, ou seja, 100% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito.

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada *in verbis*:

“O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).

A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT. O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.

Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.”

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto **pelo seguro DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal *in verbis*:

Art. 3º *Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez*

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*
- III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia à parte autora:

“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PROCEDÊNCIA. SUBLEVAÇÃO DA SEGURADORA. DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. CONFIGURAÇÃO. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. PROVA SATISFATÓRIA. INDENIZAÇÃO FIXADA DE ACORDO COM O GRAU DE INVALIDEZ. OBSERVÂNCIA AO ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 6.194/74 E A SÚMULA Nº 474, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO. COMPROVAÇÃO. DEDUÇÃO DO VALOR FIXADO À TÍTULO DE INDENIZAÇÃO. OBSERVÂNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS CONFORME ART. 85, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTOS DO RECURSO. O art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, incluído pela Lei nº 11.945/09, impôs a necessidade de verificação da graduação da lesão decorrente do sinistro para fins de quantificação da indenização devida a título de seguro DPVAT – A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, nos termos da Súmula nº 474, do Superior Tribunal de Justiça – Restando demonstrado que o pagamento administrativo realizado pela seguradora não está em conformidade com o grau de invalidez comprovado nos autos, imperioso se torna a complementação da quantia paga, devidamente estabelecida na sentença de origem. (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00206466320148152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, j. em 26/03/2018).

(TJ-PB – APL: 00206466320148152001 0020646-63.2014.815.2001, Relator: DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, Data de Julgamento: 26/03/2018, 4ª Vara Cível).”



Vejamos, também:

“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. FRATURA DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E DEBILIDADE PERMANENTE. INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA. PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO. DESCONTO DO IMPORTE PAGO NA VIA ADMINISTRATIVA. CONDENAÇÃO NO SALDO RESTANTE. REFORMA DA SENTENÇA EX OFFICIO, APENAS PARA ADEQUAR JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APELAÇÃO DESPROVIDA. – Em se tratando de indenização de seguro obrigatório DPVAT, deve ser aplicada a lei em vigor à época do sinistro, no caso a Lei nº 11.945/09, restando inequívoco, pois à luz de tal disciplina, que a perda parcial da função deambulatória e outros movimentos da perna configuram invalidez permanente parcial incompleta, autorizando a aplicação proporcional da indenização, de acordo com o grau da lesão, nos termos do artigo 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74. – ‘Na ação de cobrança visando a complementação do seguro DPVAT, o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso’ 1. Por sua vez, ‘Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação’. (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 0000205692014815051, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES JOÃO ALVES DA SILVA, j. em 17-03-2016).

(TJ-PB – APL: 00002056920148150511 0000205-69.2014.815.0511, Relator: DES JOAO ALVES DA SILVA, Data de Julgamento: 17/03/2016, 4ª CÍVEL)”

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o autor com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

Súmula 474

“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”

Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores; Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	70
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar; Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão; Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentual da Perda
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica.** Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

IV. DOS PEDIDOS:

ANTE O EXPOSTO, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, **REQUER:**

4.1. Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, **os benefícios da assistência judiciária gratuita;**

4.2. Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

4.3. Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT;

4.4. Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para:

- 4.4.1. Que se declare devida à parte autora o pagamento **da indenização** correspondente ao seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, no valor de **R\$ 13.500 (treze mil e quinhentos reais)**.
- 4.4.2. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

4.5. Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Dá se a causa o valor de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que, pede deferimento.

João Pessoa-PB, 23 de março de 2020.

RUY NEVES AMARAL DA ROCHA
OAB/PB 23.263

RENAN DE CARVALHO PAIVA
OAB/PB 21.393

FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO
OAB/PB 22.725

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 09825.01.2019.1.02.009

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 09825.01.2019.1.02.009, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 17:53 horas do dia 21 de outubro de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta 9ª Delegacia Distrital da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Fernando Barboza de Carvalho, matrícula 1331868, e lavrado por Cláudia Valéria Gomes, Agente de Telecomunicações, matrícula 962449, ao final assinado, compareceu **Josenildo Correia de Melo**, CPF nº 010.763.634-40, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Eletricista, filho(a) de Neci Correia de Melo e José Cardoso de Melo, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 13/05/1982 (37 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Serra da Raiz, Nº 26, bairro Tibiri II, tendo como ponto de referência Praça dos Quiosques, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 98860-1694.

Dados do(s) Fatos:

Local: Avenida Hilton Souto Maior, Via Pública, Proximo a Ceap, João Pessoa/PB, bairro Mangabeira; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 08/06/19 17:44h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **ACIDENTE DE TRÂNSITO SEM VÍTIMA**.

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

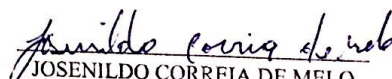
QUE, NO DIA 08.06.2019 POR VOLTA DAS 17H44M, O NOTICIANTE TRAFEVA NA AVENIDA HILTON SOUTO MAIOR, BAIRRO MANGABEIRA, CONDUZINDO UMA MOTOCICLETA DE MARCA HONDA/XRE 300, ANO FAB. 2015/2015, COR VERMELHA, PLACA OEZ-2632/PB, CHASSI. 9C2ND11110FR035523, DOCUMENTADA EM NOME DE SAMUEL FRANCISCO LIRA, QUANDO NO GIRADOURO DA CEAPH O NOTICIANTE PERDEU O CONTROLE DA DIREÇÃO, BATENDO NO MEIO FIO E CAINDO AO SOLO, ONDE FOI SOCORRIDO POR TERCEIROS PARA O COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA (TRAUMINHA), ONDE FOI SUBMETIDO A AVALIAÇÃO MÉDICA E EXAME, QUE EVIDENCIOU FRATURA DE RÁDIO DISTAL ESQUERDO, CERTIDÃO DE Nº 1271/2019., MÉDICA DA VIGILÂNCIA À SAÚDE DRª CRISTIANE MARIA BATISTA DE BRITO LYRA, CRM/PB 3137. MOTIVO PELO QUAL VEIO RELATAR O OCORRIDO.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

João Pessoa/PB, 21 de outubro de 2019.


CLÁUDIA VALÉRIA GOMES
Agente de Telecomunicações




JOSENILDO CORREIA DE MELO
Noticiante

Procedimento Policial: 09825.01.2019.1.02.009



JOAO PESSOA
MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITY
JOSE COSTA DUARTE S/N
PESSOA Fone: (83) 3214-1980
CNPJ:
Ficha Nr: 236135 Atd: Nao Regulado
Data: 08/06/2019
Hora: 17:44:50
Recepcionista: ADRIANA DA SILVA
Clinica: ORTOPEdia

DOS DO PACIENTE
me: JOSENILDO CORREIA DE MELO
S: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 0684658 Fone: 986190584
tural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 13/05/1982 Id: 37 ano(s)
d.: RUA NOSSA SENHORA DA PENHA, 462 PACIENTE SEM CART DO SUS
irro: PENHA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB
e: NECI CORREIA DE MELO Pai: JOSE CARDOSO DE MELO
ca: PARDA Etnia: SEM INFORMACAO
rupação: MOTORISTA SEM ESPECIFICACAO
IFORMACOES DE ENTRADA
esp.: CUNHADO SAMUEL FRANCISCO LIRA
l/Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD
ocedencia: RESIDENCIA
Estado Civil: CASADO(A)
Escolaridade: NAO INFORMADO

FATURADO

ransporte utilizado: VEICULO PROPRIO
itima de acidente por: QUEDA DE MOTO EM MANGABEIRA PROX DA CEAP HJ
itima de violência por: FAZ 10 MINUTOS CONDUTOR
] Caso Policial

RE-CONSULTA

ipo de Classificação de Risco: VERDE

A: FR:
C: TP:
eso: Altura:
licemia: IMC:
irc. Abd: O2%:

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

[] Aparentemente Bem [] Grave
[] Politraumatizado [] Convulsao
[] Hemorragia [] Dispneia
[] Diarreia [] Agitado
[] Regular [] Chocado
[] Vomito

Observacao

ueixa Principal

QUEDA DE MOTO REFERE TRAUMA EM MSE. NEGA OUTROS
TRAUMAS

030306006-1-040809024-5(S628)

istoria - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Paciente com trauma em mto

Diagnostico

Conduta

Rx

Prescricao

Horario da medicacao

- Voltar a m 19:25
- Aguardar 7 dias
- Medicação: 45 dias

Dr. Klênio Farias da Nobrega
Res. Ortopedia e Traumatologia
CRM: PB 21024

Scanned with CamScanner

CERTIDÃO

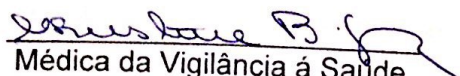
Nº. 1271/2019

Atendendo solicitação de JOSENILDO CORREIA DE MELO e acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha Ambulatorial Nº236135 pertencentes ao paciente que foi atendido dia 08/06/2019 às 17H44min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em membro superior esquerdo.

Submetido a avaliação médica e exame que evidenciou fratura de rádio distal esquerdo. Medicado, feito redução e imobilizado.

E para constar eu, Christine Maria Batista de Brito Lyra, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 07 de agosto de 2019



Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3137

Scanned with CamScanner



JOSE COSTA DUARTE S/N
 JOSE COSTA DUARTE S/N
 Fone: (83) 3214-1980
 CNPJ:

Ficha Nr: 236135 Atd: Não Regulado
 Data: 08/06/2019
 Hora: 17:44:50
 Recepcionista: ADRIANA DA SILVA
 Clínica: ORTOPEdia

Nome: JOSE NILDO CORREIA DE MELO
 NS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 0684658 Fone: 986190584
 Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 13/05/1982 Id: 37 ano(s)
 End.: RUA NOSSA SENHORA DA PENHA, 462 PAIENTE SEM CART DO SUS
 Bairro: PENHA Cidade: JOAO PESSOA UF: PB
 Mãe: NECI CORREIA DE MELO Pai: JOSE CARDOSO DE MELO

Raca: PARDA Etnia: SEM INFORMACAO
 Ocupação: MOTORISTA SEM ESPECIFICACAO
 INFORMACOES DE ENTRADA
 Resp.: CUNHADO SAMUEL FRANCISCO LIRA
 Tel/Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD
 Procedencia: RESIDENCIA

Estado Civil: CASADO(A)
 Escolaridade: NAO INFORMADO

FATURADO

Transporte utilizado: VEICULO PROPRIO
 Vitima de acidente por: QUEDA DE MOTO EM MANGABEIRA PROX DA CEAP HJ
 Vitima de violência por: FAZ 10 MINUTOS CONDUTOR
 [] Caso Policial

PRE-CONSULTA
 Tipo de Classificação de Risco: VERDE

PA: FR: [] Aparentemente Bem [] Grave
 FC: TP: [] Politraumatizado [] Convulsao
 Peso: Altura: [] Hemorragia [] Dispineia
 Glicemia: IMC: [] Diarreia [] Agitado
 Circ. Abd: O2%: [] Regular [] Chocado
 [] Vomito

Queixa Principal
 QUEDA DE MOTO REFERE TRAUMA EM MSE. NEGA OUTROS TRAUMAS

CONDICoes DO PACIENTE AO SER ATENDIDO
 Observacao

030306006-1-040803024-5(2628)

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)
 Paciente com traumas em mto

Diagnostico | Conduta Rx

Prescricao | Horario da medicacao

- Voltou a ficar 19:25
 - Aferir 170 gemo
 - Medicação 45
 - Aferido: 60 dias.

Dr. Klênio Farias da Nobrega
 Res. Ortopedia e Traumatologia
 CRM PB 11044

Scanned with CamScanner





NOME **JOSENILDO CORREIA DE MELO**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
2684658 SSP PB

CPF **010.763.634-40** DATA NASCIMENTO **13/05/1982**

FILIAÇÃO
JOSE CARDOSO DE MELO
NECI CORREIA DE MELO



PERMISSÃO **AD** ACC **AD** CAT. HAB. **AD**

Nº REGISTRO **04211581598** VALIDADE **05/10/2023** 1º HABILITAÇÃO **18/10/2007**

OBSERVAÇÕES
EAR;

Josenildo C. de Melo
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL **JOAO PESSOA, PB** DATA EMISSÃO **10/10/2018**

Fabio Maracaja de Almeida Carneiro
ASSINATURA DO EMISSOR **55489428673**
PB037672010


PARAÍBA

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1660842985

PROIBIDO PLASTIFICAR
1660842985

Scanned with CamScanner





CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAIBA

Rua Feliciano Chaves, 279 - Jaguaribe João Pessoa - PB

CEP: 58.010-070 - CNPJ: 09.123.604/0001-87

PARA CONTABILIZAR A FATURA

MATRICULA

6923771

REFERENCIA

SET/2019

CONTA DE CONSUMO DE AGUA/ESGOTO E SERVICOS

JOSE CARDOSO DE MELO
RUA SERRA DA RAIZ, 26 - MUNICIPIOS SANTA RITA PB
58300-000

Inscrição	SMI (000)	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industria	Outros	
003.008.345.0227.000		1	0	0	0	

Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto
A09F085714	09/06/2009	EXT LACR	LIGADO	POTENCIAL

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA
3152	3168	16	30	25/10/2019

HIST. CONS./ANOR. LEIT. I QUALID. AGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.

AGO/2019	27	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES
JUL/2019	17	TURBIDEZ	0	0	0
JUN/2019	22	CLORO	0	0	0
MAI/2019	31	COL.TERMOT	0	0	0
ABR/2019	28	COR	0	0	0
MAR/2019	24	COL.TOTAIS	0	0	0
MEDIA(M)	24	DADOS REFERENTES A: JUL/2019			

DATA DA IMPRESSÃO: 26/09/2019
HORA DA IMPRESSÃO: 09:39:47

DESCRICAO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
AGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
ATE 10 M3 - 37,91 POR UNIDADE	10 M3	37,91
11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3	6 M3	29,34
ESGOTO		

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,22 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 07/10/2019	Total a Pagar: R\$ 67,25
-------------------------------	---------------------------------

Scanned with CamScanner



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE(S):

Josemildo Correia de Melo, Brasileiro, casado, eleito,
cidadão, inscrito no Rb. 2684658 Pontalão no CPF 010.762.634 40
residente à Rua,

OUTORGADOS: RENAN DE CARVALHO PAIVA, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB/PB nº 21.393, RUY NEVES AMARAL DA ROCHA, OAB/PB, nº 23.263; FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO, OAB/PB nº 22725 com endereço profissional sito na Av. Cel. Otto Feio da Silveira n 509, sala 202, Pedro Gondim, João Pessoa/PB.

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula "**ad iudicia et extra**", para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar documentos, solicitar e receber laudos e prontuários médico, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio Seguro DPVAT, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual, podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, atuando estes causídicos em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em atenção com os termos do art. 105 da Lei 13.105/2015. Requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio Seguro DPVAT, o pagamento do sinistro, assinar recibos, assinar Declarações de endereço, assinar Autorização de Pagamento/Crédito de Indenização de Sinistro DPVAT, para o pagamento de quitação da Indenização de Sinistro DPVAT.



João Pessoa - PB, 15 de outubro de 2019.


Josemildo Correia de Melo
OUTORGANTE



☎ 83 3576-8728 / 98855-1045 / 987088728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB

Scanned with CamScanner



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 200.6.20.24305/01
			Data de emissão: 24/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.624305 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.032,20 Promovente: JOSENILDO CORREIA DE MELO - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.236,05
			Desconto total: R\$ 0,00
866400000125 360509283188 520200331202 062024305013 			Valor final: R\$ 1.236,05

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 200.6.20.24305/01
			Data de emissão: 24/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.624305 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Promovente: JOSENILDO CORREIA DE MELO Promovido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.236,05
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.236,05

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 200.6.20.24305/01
			Data de emissão: 24/03/2020
Nº do Processo:	Comarca: Joao Pessoa	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/03/2020
Número da guia: 200.2020.624305 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,61
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.032,20 Promovente: JOSENILDO CORREIA DE MELO - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.236,05
			Desconto total: R\$ 0,00
866400000125 360509283188 520200331202 062024305013 			Valor final: R\$ 1.236,05





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 200.2020.624305

Data Vencimento: 31/03/2020

Data Emissão: 24/03/2020

Comarca: Joao Pessoa

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: JOSENILDO CORREIA DE MELO

Promovido: SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.032,20

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.234,70

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



SINISTRO 3190628267 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSENILDO CORREIA DE MELO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO JOSENILDO CORREIA DE MELO

CPF/CNPJ: 01076363440

Posição em 23-03-2020 19:47:48

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.





PODER
JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE
JUSTIÇA
ESTADO DA
PARAÍBA
COMARCA DA
CAPITAL

1ª VARA
REGIONAL
CÍVEL DE
MANGABEIRA
Av. Hilton Souto
Maior, s/n,
Mangabeira,
João
Pessoa/PB
CEP: 58.055-
018

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAL - CGJ-TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0802630-12.2020.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSENILDO CORREIA DE MELO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, *juntar* documentos que comprovem a hipossuficiência financeira, necessário para análise do pedido de gratuidade, consoante §3º do art. 1º da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA GERAL nº 02/2018, datada de 28/11/2018, publicada no DJE de 30/11/2018.

João Pessoa/PB, 24 de março de 2020.

ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA
Técnico Judiciário



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA
REGIONAL DE MANGABEIRA NO ESTADO DA PARAÍBA.**

Processo nº: 0802630-12.2020.8.15.2003.

JOSENILDO CORREIA DE MELO, já devidamente qualificado nos autos supra, por seu procurador que a esta subscreve, vem com o devido respeito à presença de V. Exa., requerer a JUNTADA DOS DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA (EXTRATO BANCÁRIO DE TRÊS MESES) em anexo.

Ademais, requer demonstrada a declaração de hipossuficiência da parte autora através dos documentos acima mencionado, observa-se ainda, que no extrato bancário apresentado, contém o valor de R\$ 880,22 (oitocentos e oitenta reais e vinte e dois centavos), referente ao adiantamento do salário da parte autora, demonstrando que atualmente a parte autora se enquadra como pobre perante a lei, sendo comprovado a hipossuficiência para pagamento de custas no processo, conforme exigência por parte deste Juízo.

Outrossim, não foi possível juntar mais documentos, dada a realidade mundial de risco iminente de contágio pelo aludido vírus COVID-19, altamente contagioso e de potencial letalidade, a qual a **Organização Mundial de Saúde – OMS** recomenda, veementemente, o isolamento social como fator preponderante de combate à propagação do vírus.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa-PB, 12 de maio de 2020.

RUY NEVES AMARAL DA ROCHA
OAB/PB 23.263

RENAN DE CARVALHO PAIVA
OAB/PB 21.393

FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO
OAB/PB 22.725



CAIXAS ELETRONICOS SANTANDER
EXTRATO DE CONTA - 60 DIAS

08/05/2020 15:00:31 DATA CONTABIL: 08/05/2020
LOCAL: 033.3175 - J.PESSOA-C
TRANSACAO: 0609145

TERMINAL: 0000153

JOSENILDO CORREIA DE MELO
BANCO: 033 AGENCIA: 4370

CARTAO: 9409
CONTA: 01-086372-3

SALDOS
SALDO CONTAMAX 1,93

TAXA ADIANT. DEPOSITANTE 14,24%AM
MULTA 2,00%AM

MOVIMENTACAO DE CONTAMAX

DIA DOCTO. HISTORICO VALOR

SALDO ANTERIOR 9,39

FEVEREIRO/2020

20 010220 ADIANTAMENTO DE 880,22
SALARIO CNPJ

029995023000165

20 000000 TARIFA MENSALIDADE 13,20-
PACOTE SERVICOS JANEIRO
/ 2020

20 220469 COMPRA CARTAO 16,00-
MAESTRO 20/02 POSTO

Digitalizada com CamScanner



BANCO: B33 - ADICIONAL: 4370		CARTÃO: 00000000000000000000
CONTAS: 01 006372-3		
SALDO		
SALDO CONTAMAX		1.93
TAXA ADIANTE, DEPOSITANTE		14,24000
MULTA		2,00000
MOVIMENTACAO DE CONTAMAX		
01A DOCTO, HISTORICO	VALOR	
SALDO ANTERIOR		1.93
FEVEREIRO/2020		
20 010220 ADIANTAMENTO DE	888,22	
SALARIO CNPJ		
029995023000165		
20 000000 TARIFA MENSALIDADE	13,20-	
PACOTE SERVICOS JANEIRO		
/ 2020		
20 220459 COMPRA CARTAO	16,00-	
MAESTRO 20/02 POSTO		
FARMACIA		
20 000000 DEBITO AUT.	121,79-	
FAT. CARTAO MASTER CARD		
FINAL 1931		
21 455210 SAQUE BANCO 24HS	738,00-	
MARÇO/2020		
05 010305 LIQUIDO DE	669,62	
VENCIMENTO CNPJ		
029995023000165		
05 113100 SAQUE BANCO 24HS	650,00-	
05 351869 COMPRA CARTAO		8,04-
MAESTRO 05/03 FARM		
APARECIDA		
06 264769 COMPRA CARTAO	14,28-	
MAESTRO 06/03 DEVILLE		
06 512769 COMPRA CARTAO	5,01-	
MAESTRO 06/03 POSTO SANTA		
RIT		
20 000000 DEBITO AUT.	0,41-	
FAT. CARTAO MASTER CARD		
FINAL 1931		
23 010327 CREDITO DE LIQUIDO	1,350,69	
DE FERIAS CNPJ		
029995023000165		
23 727299 SAQUE BANCO 24HS	700,00-	
23 845299 SAQUE BANCO 24HS	650,00-	
23 000000 DEBITO AUT.	0,69-	
FAT. CARTAO MASTER CARD		
FINAL 1931		
ABRIL/2020		
14 010414 LIQUIDO DE	361,15	
VENCIMENTO CNPJ		
029995023000165		
14 000000 TARIFA MENSALIDADE	13,20-	
PACOTE SERVICOS		
FEVEREIRO / 2020		
14 000000 TARIFA MENSALIDADE	13,20-	
PACOTE SERVICOS MARÇO /		
2020		
14 531241 SAQUE BANCO 24HS	320,00-	
15 002959 COMPRA CARTAO	12,04-	
MAESTRO 15/04 POSTO SANTA		
RIT		
15 000000 DEBITO AUT.	2,71-	
FAT. CARTAO MASTER CARD		
FINAL 1931		
23 164297 TRANSFERENCIA	387,00	
ENTRE CONTAS DE:		
29.995.023/2001-65		
23 000000 DEBITO AUT.	105,22-	
FAT. CARTAO MASTER CARD		
FINAL 1931		
24 426172 SAQUE BANCO 24HS	200,00-	
MAIO/2020		
04 010504 LIQUIDO DE	270,86	
VENCIMENTO CNPJ		
029995023000165		
05 010505 CREDITO DE LIQUIDO	630,29	
DE FERIAS CNPJ		
029995023000165		
06 643263 SAQUE BANCO 24HS	600,00-	
06 605263 SAQUE BANCO 24HS	300,00-	
SALDO ATUAL		1,93

Digitalizada com CamScanner



CAIXAS ELETRONICOS SANTANDER
EXTRATO DE CONTA - 60 DIAS

08/05/2020 15:00:31 DATA CONTABIL:08/05/2020
LOCAL: 033.3175 - J.PESSOA-C
TRANSACAO: 0609145 TERMINAL: 0000153

JOSENILDO CORREIA DE MELO CARTAO: 9409
BANCO: 033 AGENCIA: 4370 CONTA: 01-086372-3

SALDOS

SALDO CONTAMAX 1,93

TAXA ADIANT. DEPOSITANTE 14,24%AM
MULTA 2,00%AM

MOVIMENTACAO DE CONTAMAX

DIA DOCTO. HISTORICO VALOR



MAIO/2020		
04	010504 LIQUIDO DE VENCIMENTO CNPJ 029995023000165	270,86
05	010505 CREDITO DE LIQUIDO DE FERIAS CNPJ 029995023000165	630,29
06	649263 SAQUE BANCO 24HS	600,00-
06	805263 SAQUE BANCO 24HS	300,00-
SALDO ATUAL		1,93
LANCAMENTOS PENDENTES E FUTUROS		
DIA	DOCTO. HISTORICO	VALOR
MAIO/2020		
08	000000 TARIFA MENSALIDADE PACOTE SERVICOS	13,20-
INFORMACOES PARA SIMPLES CONFERENCIA, ATUALIZADAS ATE DATA E HORA ACIMA E SUJEITAS A ALTERACOES.		
ACESSE O APP OU IB SANTANDER PARA CONSULTAS E TRANSACOES A QUALQUER HORA		

Processo número - 0802630-12.2020.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOSENILDO CORREIA DE MELO

Advogados do(a) AUTOR: FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO - PB22725, RENAN DE CARVALHO PAIVA - PB21393

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu os benefícios da justiça gratuita.

No caso dos autos, o autor é auxiliar de controle e declarou não dispor de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, juntando aos autos o extrato de conta do mês de Fevereiro/2020 (ID 30597893, pág. 2), onde comprova o depósito do salário; já o valor das custas processuais (ID 29354997) é de R\$ 1.236,05 (um mil, duzentos e trinta e seis reais e cinco centavos).

Com efeito, tal afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário. Portanto, se mostra possível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, os elementos constantes nos autos demonstram condições pessoais suficientes para o deferimento da gratuidade judiciária ao suplicante, razão pela qual DEFIRO O BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA à parte autora, nos termos do art. 98, do CPC.

Por outro lado, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Ora, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

De outra banda, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]



Juíza de Direito

